

A ANÁLISE DE IMPLICAÇÃO COMO FERRAMENTA NA PESQUISA-INTERVENÇÃO¹

Simone Mainieri Paulon
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

RESUMO: O artigo retoma brevemente as condições históricas que permitiram a emergência de abordagens metodológicas que problematizam a relação entre pesquisador e ato de pesquisar e propõe uma comparação entre as finalidades da pesquisa-ação e da pesquisa-intervenção. Sustentando-se em contribuições teóricas do movimento institucionalista e da filosofia da diferença, aponta a noção de análise de implicação como conceito-chave que permite nuançar as abordagens em debate. Consoante ao pensamento de Lourau, defende-se a idéia de que a consideração do conjunto de condições que circunscrevem o ato de pesquisar é o que confere estatuto de cientificidade ao trabalho de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: pesquisa-intervenção; análise de implicação; metodologia de pesquisa qualitativa.

THE ANALYSIS OF IMPLICATION AS A TOOL IN INTERVENTION RESEARCH

ABSTRACT: This paper briefly re-examines the historical conditions that permitted the emergence of methodological approaches that question the relation between researcher and the act of researching. And proposes a comparison between the purposes of action research and intervention research. Sustained on theoretical contributions from the institutionalist movement and philosophy of difference, it indicates the notion of analysis of implication as the key concept that allows a more nuanced approach to the debate. In line with Lourau's thinking, it defends the idea that what confers scientific status to research work is the consideration of the whole set of conditions that encompass the act of researching.

KEY WORDS: intervention research, analysis of implication, qualitative research methodology

A posição que o pesquisador assume em seu campo de pesquisa, as relações que estabelece como os sujeitos de sua investigação, os efeitos que estas relações produzem em suas observações, a possibilidade de que a análise dos dados seja enriquecida ou deturpada por tais efeitos não são questões pouco controversas para o debate científico. Ao contrário, poder-se-ia tomá-las, precisamente pelo que remetem ao problema da objetividade *versus* neutralidade do trabalho de investigação, como uma espécie de tendão de Aquiles na história da ciência.

Sem a pretensão de retomarmos o longo percurso que o pensamento científico precisou perseguir até chegar à formulação de perguntas como estas, a finalidade do debate que aqui se pretende implementar é bem mais focal. Propõe-se partir dos avanços já provocados pelas pesquisas participativas, em função de suas críticas às concepções conservadoras que regiam as ciências sociais, as quais dicotomizavam teoria/prática e sujeito/objeto na tentativa de neutralizar a ação do pesquisador. Na esteira dessa crítica, tanto a pesquisa-ação quanto a pesquisa-intervenção articulam pesquisador e campo de pesquisa, porém quer-se apresentar esta última como uma variação significativa, ainda que sutil, do projeto político que ensejou a formulação dessas duas novas estratégias de

A temática do presente artigo constitui o suporte metodológico da pesquisa "Desinstitucionalização da Loucura, Práticas de Cuidado e a Reforma Psiquiátrica no RS" desenvolvida de março de 2003 a julho de 2004 na UNISINOS, sob coordenação da autora, que foi discutida no trabalho intitulado "Pesquisa-ação e Pesquisa-intervenção: desafios e conquistas" na I Conferência Internacional do Brasil de Pesquisa Qualitativa (CIBRAPEQ – Taubaté, março de 2004) e apresentada no Primeiro Encontro Latino-americano de Esquizaanálise (Montevideo – julho de 2004).

investigação participativa. E é no contexto do projeto em que se insere a pesquisa-intervenção que a análise de implicação merece ser destacada.

Para tanto, procederemos a uma breve retomada das características e condições históricas que permitiram a emergência de abordagens metodológicas que se dispõem a problematizar a relação existente entre pesquisador e ato de pesquisar. A fim de estabelecer algumas variações existentes entre as duas modalidades de pesquisa aqui abordadas, em primeiro lugar, trataremos da tentativa de superar os preceitos da objetividade científica empreendidos pela pesquisa-ação. A seguir, serão discutidos os avanços e desvios que nossa proposta de pesquisa-intervenção proporciona para contextualizar o surgimento do conceito-ferramenta central ao debate proposto.

A Ação Voltada para Conscientização

É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer. Karl Marx

O problema relativo à participação ativa das pessoas implicadas com uma pesquisa e da interferência dos dispositivos de investigação nos processos observados só pôde ser concebido como um problema de pesquisa com a superação das pretensões de neutralidade e objetividade tão promulgadas pelo paradigma positivista nas ciências. As contribuições da fenomenologia e da Psicologia Social de Kurt Lewin foram fundamentais para isto. Ao afirmar a inviabilidade do pesquisador colocar-se

“fora” do campo de investigação, mostrando as zonas de interferência entre ambos, estas abordagens dos fenômenos sociais produziram rupturas significativas no que se instituíra como lógica científica até então.

Segundo Lourau (1995), Merleau-Ponty procurou superar as antinomias do psicológico e social, da compreensão e da explicação, propondo a passagem da concepção objetivista à simbólica dos fatos sociais cuja existência em si vincula-se à existência de quem os observe. Para os fenomenólogos, o único sistema de referência possível é o vivido existencial e toda procura de objetividade é condenável. O argumento decorrente é que o observador inserido em seu campo de observação transforma, por definição, seu objeto de estudo. A necessidade de incluir-se, portanto, no processo investigativo, a subjetividade de quem pesquisa como categoria analítica já se apresenta aí, anunciando as bases do conceito institucionalista de implicação.

Também na microsociologia de Kurt Lewin, a crítica à passividade dos sujeitos envolvidos na investigação assume especial relevância. Lewin teve, entre outros, o mérito de reunir teoria e ação numa perspectiva de transformação social que trazia para o campo de pesquisa a diversidade das “valências grupais” e contextualizava os comportamentos dos integrantes dos grupos como produto de um campo de determinantes interdependentes, constitutivos do espaço social. Notadamente influenciado pelo próprio campo ideológico em que desenvolveu o procedimento da *Action Research*, o agora norte-americano psicólogo prussiano minimiza, na crítica de Thiollent (1985a, p.110), a dimensão política dos processos observados. “A orientação principal tenciona restabelecer a conciliação entre os indivíduos e resolver todos os conflitos por meio de mudança psicológica. Os conflitos de classe são negados e reduzidos a atritos locais que resultam da inadequação de certas atitudes individuais”.

O que tantos esforços teóricos parecem indicar é que o lugar de passividade a que as pesquisas convencionais sentenciavam os sujeitos da investigação estaria inequivocadamente abalado a partir do questionamento da distância estabelecida na pesquisa convencional entre os sujeitos envolvidos no ato de pesquisar. Com isto, flexibilizam-se também as exigências de neutralidade na busca de informações e o rigor dos instrumentos na busca de objetividade, o que tem seus reflexos em termos de procedimentos metodológicos: os levantamentos de dados passam a incluir observações participantes, os questionários ampliam a abrangência de suas questões, cresce o interesse pela análise do discurso e a restituição de resultados aos entrevistados é integrada aos procedimentos de investigação.

Alavancada pelas pesquisas motivacionais a partir de 1930, pelas intervenções psicossociológicas no campo organizacional e pelos trabalhos sociométricos de Moreno, a pesquisa social ganha espaço no cenário acadêmico-científico e retira a categoria da subjetividade do rol de “variáveis intervenientes”, outorgando-lhe um papel muito mais protagonista no processo de investigação. Junte-se a isto o fervor dos acontecimentos políticos de meados do século passado – como o

movimento feminista, a conferência de Bandung, a *Grande Recusa* francesa - e estão criadas as condições históricas para que o pesquisador social possa se assumir como um “agente de mudanças” (Rodrigues, 2002).

A psicossociologia - corrente do movimento institucionalista de forte influência norte-americana desenvolvida principalmente na França entre os anos 1940 e 1960 – ofereceria importante contribuição a este processo. Caracterizada pela necessidade de convencer um público reticente da existência e relevância dos aspectos subjetivos para a tão lograda mudança social, pensadores sociais como Jean Dubost, André Levy e o próprio Lapassade (na considerada “fase do instituído” de seu trabalho²) dedicavam-se aos coletivos de diferentes segmentos organizacionais imbuídos do espírito de facilitarem a elaboração de conflitos interpessoais e promoverem a transparência das empresas (Coimbra, 1995; Dubost & Levy, 1987; Rodrigues, 2000).

Considerando-se que os então contratantes de *experts* em relações humanas nas organizações de trabalho eram, geralmente, pessoas bem posicionadas em suas hierarquias de poder, pode-se depreender o cunho ideológico de que se revestiam tais “mudanças”. Integração, coesão, liderança e democratização dos pequenos grupos tornar-se-iam palavras de ordem rapidamente adotadas pelos interventores institucionais, bem como o tema dileto de pesquisadores. Paralelamente, a psicanálise produzia avanços culturais e ampliava o debate em torno da subjetividade de forma a tornar inevitável a consideração de uma dimensão oculta, não mensurável dos fenômenos sociais. Em crítica posterior, entretanto, os próprios psicossociólogos constatariam que deveriam ter sido mais prudentes nas aproximações entre o trabalho com grupos e os ensinamentos freudianos, posto que “*nociones como transferencia y contratransferencia no pueden ser traspuestos del psicoanálisis al análisis social*” (Dubost & Levy, 1987, p.58).

A criação de um corpo conceitual e metodológico que desse conta de tantas erupções do campo social e político e produzisse efeitos de análise em âmbito tão diverso daquele proposto pela psicanálise tornava-se cada vez mais pungente. É na esteira desta lógica que novas modalidades de pesquisa passam a se afirmar, como resgatam Rocha e Aguiar:

Já no final da década de 1970 se abrirá uma nova perspectiva de investigação a partir do questionamento às pesquisas tradicionais, incluindo discussões no que tange ao fracionamento da vida social, à dicotomização entre ciência e política e à conseqüente inviabilização de uma participação efetiva de grupos sujeitados nos rumos da sociedade. O pesquisador, nessa nova visão, apresenta-se como um intelectual orgânico às causas populares, e a pesquisa-ação se traduz em um método potencializador na

² A análise da obra deste sociólogo francês dividida em três momentos, a saber: 1) de 1963 a 68 – fase do instituído marcada pela psicossociologia, 2) de 1968 a 73 – fase do instituinte definida pelas intervenções socioanalíticas e 3) de 1973 em diante quando os espírito revolucionário de 68 tenderia à institucionalização está proposta por Coimbra no texto “Os caminhos de Lapassade e da Análise Institucional: uma empresa possível?”.

organização de espaços de participação coletiva. Política e educação, política e organização de comunidades constituem-se em relações possíveis para transformar a realidade. (Rocha & Aguiar, 2003, p.4)

Os experimentos e propagação da pesquisa-ação vão permitindo variações desta modalidade que fazem avançar muitas de suas formulações. Fundamentalmente, o debate centra-se na qualidade da ação que a caracteriza. A intencionalidade política do ato de pesquisa passa a ser ressaltada, como fica evidente na definição dada por um de seus mais representativos autores:

... consideramos que a pesquisa-ação é uma estratégia metodológica da pesquisa social na qual ... há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação; a pesquisa não se limita a uma forma de ação (ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o 'nível de consciência' das pessoas e grupos considerados. (Thiollent, 1986, p.16)

É assim que a possibilidade do pesquisador social contribuir efetivamente com os problemas de um coletivo pesquisado, ou seja, sua capacidade de dispor de instrumentos teórico-metodológicos em prol dos objetivos existentes no grupo sob o qual sua ação vai-se debruçar, aparece como aspecto definidor da modalidade de pesquisa participante centrada na ação³.

Esta discussão em torno do caráter conscientizador da pesquisa-ação é o que permite estabelecer alguns diferenciais nas formas de aplicar sua metodologia, gerando variações dentro da própria modalidade. Thiollent (1985,1986) distingue a pesquisa-ação voltada para um ator social homogêneo (associação, grupo autônomo) que encomenda e orienta os objetivos da pesquisa; a pesquisa-ação realizada em organizações, que dificulta a negociação dos objetivos e resultados com os diferentes níveis hierárquicos a serem representados no processo de investigação; e a pesquisa-ação em comunidades, bairros, meios abertos, que usualmente ocorre por iniciativa do próprio pesquisador e exige bem mais de sua vigilância quanto aos propósitos e manipulação dos resultados. Em qualquer dos contextos no qual é aplicada, a atitude do pesquisador é sempre direcionada para a elucidação dos diversos interesses e aspectos envolvidos na situação, incluindo-se aí, necessariamente, a relação existente entre os objetivos da pesquisa e os objetivos da ação. Para além da observação participante incluindo a figura do pesquisador (como no caso da pesquisa participante) a pesquisa-ação preocupa-se com a articulação constante entre a ação desenvolvida por um grupo e o conhecimento que dela se depreende.

³ A compreensão da pesquisa-ação como uma forma de pesquisa participante que não se confunde com esta, não será desenvolvida no presente trabalho, pois adota a definição de Thiollent no texto em que ele se ocupa de estabelecer tal distinção: "os partidários da PP não concentraram suas preocupações em torno da relação entre investigação e ação dentro da situação considerada. É justamente este tipo de relação que é especificamente destacado entre várias concepções de PA"... Na PP, a preocupação participativa está mais concentrada no pólo pesquisador do que no pólo pesquisado... a PA supõe uma participação dos interessados na própria pesquisa organizada em torno de uma determinada ação". (1985b, p.83)

No próprio uso de terminologias que ressaltam a importância das mútuas interferências entre teoria da pesquisa e prática associada à ação, na preocupação dialética com os efeitos que objeto de pesquisa e sujeito pesquisador produzem um no outro, mantém-se a tradicional visão dicotômica entre teoria-prática/objeto-sujeito característica da pesquisa de orientação positivista. Ironicamente, a pesquisa-ação vê-se enredada nas mesmas críticas à lógica cientificista que justificaram sua própria criação.

A Intervenção em Busca de Acontecimentos

A Análise institucional tenta, timidamente, ser um pouco mais científica. Quer dizer, tenta não fazer um isolamento entre o ato de pesquisar e o momento em que a pesquisa acontece na construção do conhecimento

Lourau

A influência dos movimentos contestatórios do meio do século passado, as crescentes críticas ao centralismo partidário, a democratização dos meios acadêmicos na esteira da ampliação dos regimes democráticos do primeiro mundo conduziram a um questionamento do aspecto ideológico das pedagogias da conscientização.

O crescimento da Análise Institucional Socioanalítica⁴ terá significativa contribuição neste processo. Os anos 1960 verão florescer uma multiplicidade de abordagens dos fenômenos sociais que reuniam aportes da filosofia marxista - para fazer a crítica da alienação - e da psicanálise - na valorização dos aspectos inconscientes que passariam a ser considerados nos processos de investigação. A toda esta diversidade teórico-metodológica correspondia, é claro, uma não menos diversa gama de movimentos políticos contestatórios que encontrou no maio de 1968 sua mais forte expressão (Guattari, 1987; Rodrigues, 1992, 2000).

Começa a ser fomentada a idéia de uma abordagem aos fenômenos sociais que coloca em xeque o jogo de interesses e de poder encontrados no campo de pesquisa. A crítica ao viés por vezes missionário que facilmente se associa à finalidade conscientizadora e sensibilizadora da pesquisa-ação fornece o substrato crítico necessário à formulação da pesquisa-intervenção. Rodrigues e Souza entendem o diferencial da pesquisa-intervenção em relação às "versões positivistas 'tecnológicas' de pesquisa" precisamente na dissociação operada por essas últimas entre a gênese teórica e a gênese social dos conceitos, pois, para as autoras, "trata-se, agora, não de uma metodologia com justificativas epistemológicas, e sim de um dispositivo de intervenção no qual se afirme o ato político que toda investigação constitui" (Rodrigues & Souza, 1987, p.31).

⁴ Corrente do movimento institucionalista desenvolvida na França durante as décadas de 60/70 no seguimento dos trabalhos precursores da Psicoterapia Institucional (Tosquelles, J. Oury, Guattari) e da Pedagogia Institucional (Fonvieille, Vasquez e F. Oury) que teve entre seus principais articuladores os sociólogos George Lapassade e René Lourau e contou, também, com os filósofos da diferença (Nietzsche, Foucault, Deleuze) em seu aporte teórico.

Enquanto a pesquisa-ação fundamenta-se na necessidade de que o agir seja planejado para que sujeitos da pesquisa modifiquem o objeto de pesquisa, para que suas ferramentas teóricas surtam efeitos sobre o campo prático, no projeto político da pesquisa-intervenção o que temos é “o reequacionamento da relação sujeito-objeto e o redirecionamento da relação teoria-prática”, como enfatizado pelos seguintes autores:

Se em Lewin (1936/1973) a gênese social do objeto da pesquisa precede à gênese teórica e metodológica, na proposta da Análise Institucional gênese teórica e social são indissociáveis. Aí o momento da pesquisa é o momento da produção teórica e, sobretudo, de produção do objeto e daquele que conhece; o momento da pesquisa é momento de intervenção, já que sempre se está implicado. Se podemos assinalar um caráter utilitário na pesquisa-ação em sua versão praxiológica, a pesquisa-intervenção tem como mote o questionamento do ‘sentido’ da ação. (Barros & Passos, 2000, p.73)

Evidencia-se com isso que não se trata tão somente de incluir o pesquisador no campo de suas observações (como já promulgado pela pesquisa-participante), como tampouco parece suficiente problematizar a relação pesquisador-campo de investigação (mote da pesquisa-ação), se não se aprofundar, também, as concepções de subjetividade e ciência com que se orienta a investigação.

Cabe, por isso, ressaltar que o referido questionamento do “sentido” da ação demanda, inevitavelmente, uma concepção de sujeito distinta daquela que o associou a um e só modo de existência circunscrito na modernidade, o modo “indivíduo”. Outorgando-se a tarefa de desvelar a verdade do mundo ao iluminá-lo com a própria racionalidade, o sujeito moderno paradoxalmente faz da ciência ferramenta de aprofundamento da visão homem X mundo. Ao negar as formas fragmentárias, múltiplas e diversas com que a subjetividade se produz socialmente, a equivalência sujeito-indivíduo cria uma fantasia unitária e centralizadora que reduz o conhecimento do mundo àquilo que se revela à consciência de seu pretenso “senhor”.

A esta visão de homem naturalizado e essencializado correspondem as disjunções sujeito/objeto e teoria/prática referidas nos pressupostos da pesquisa-ação, uma vez que a tentação ao descobrimento de fatores pré-determinados e à psicologização dos problemas sociais parece buscar garantias frente as ameaças que a realidade mutante apresenta. “As subjetividades do tipo indivíduo são, assim, *efeitos* da serialização capitalística que investe o desejo como sendo do indivíduo e o social como sendo algo exterior ao mesmo, seja ele construído a partir desse desejo individual, seja conformando-o” (Barros, 1995, p.9).

Apoiada nas contribuições de Nietzsche e Foucault, a filosofia da diferença irá trabalhar outra dimensão da constituição subjetiva na qual a falsa dicotomia “indivíduo” X “sociedade” já não se sustenta. Na concepção de Foucault (1990), a subjetividade aparece como agenciamento de forças e fluxos do plano do Fora, como uma linha que se inflexiona a partir dessas forças e constitui uma dobra, que, como tal, nunca será uma interioridade fechada sobre si mesma, senão expressão

corpórea dos regimes de verdade de um tempo. Se contexto cultural e determinações subjetivas são constituições de um mesmo tecido, a questão que se apresenta ao pesquisador social é muito mais de apreender os movimentos coletivos de apropriação e invenção da vida que favoreçam a produção de existências singulares. Trata-se como diz Guattari (1991, p.10) “de uma escolha ética crucial: ou objetiva-se, cientificiza-se a subjetividade, ou, ao contrário, tenta-se apreendê-la em sua dimensão de criatividade processual”.

É ao afirmar esta escolha ética que aquele “sentido da ação” antes visto como um planejamento conjunto de uma ação transformadora assume mais a conotação de uma intervenção voltada para a produção de acontecimentos. Intervenção que carrega em sua etimologia não só o sentido de uma intromissão violenta, como se naturalizou compreendê-la, mas no resgate de um *Interventio* que contempla a idéia de um “vir entre”, “interpor-se” (Ardoíno, 1987). Já o acontecimento em foco na pesquisa-intervenção não se explica pelo estado de coisa que o suscita, mas pelo momento marcado por uma espontaneidade rebelde. Vai, por isso, sempre além daquelas condições que o criaram, produz a diferença, o inédito, um novo espaço-tempo. Na genealogia da Moral, Nietzsche (1998) escreve que todo acontecimento inscreve-se no âmbito dos valores, pois implica sempre uma nova interpretação, um ajuste, que obriga uma revisão, um redirecionamento do ‘sentido’ e ‘finalidades’ anteriores ao acontecido. Os valores que se tinha até então ficam obscurecidos, perdem seu sentido requerendo uma nova ordem de valores para os novos fins. Afinal: “Se a forma é fluida, o ‘sentido’ é mais ainda...” (Nietzsche, 1998: 66)⁵.

Abre-se aí a possibilidade de pensar a intervenção como um caminhar mútuo por processos mutantes que, justo por não poder ser resumida ao encontro de unidades distintas (sujeitos da investigação X objetos a serem investigados), não pode ser pensada como uma mudança antecipável. Ao operar no plano dos acontecimentos, a intervenção deve guardar sempre a possibilidade do ineditismo da experiência humana, e o pesquisador a disposição para acompanhá-la e surpreender-se com ela.

A realidade a ser conhecida na perspectiva da diferença recusa codificações universais, refuta a redução das multiplicidades e diversidades existenciais a qualquer tipo de unidade empobrecedora. Não mais como parte de um todo previamente organizado, a realidade revela-se como realidade imanente na qual o que existe é resultado do

⁵ Ainda na análise do acontecimento em Nietzsche, Roberto Machado observa que “Em 1885, partindo da idéia de que os maiores acontecimentos chegam mais dificilmente ao sentimento dos homens, Nietzsche escreve que o acontecimento terrível que foi a morte do Deus cristão ainda terá necessidade de dois séculos para atingir os europeus. Cf. Fragmentos póstumos, abril-junho de 1885.” (Machado, 1997, p.59)

⁶ Na perspectiva de Guattari (1995, p.105) as transformações da vida cotidiana implicam revoluções moleculares que não podem ser produzidas apenas no plano Molar (das linhas duras, institucionalizadas do desejo) senão na micropolítica do desejo, que conduzam a uma reapropriação coletiva das questões da economia do desejo.

encontro de múltiplas dimensões ou de linhas de força. Assim vista, assume sua dimensão micropolítica⁶ o que "abre o atual à pluralidade das formas de existência e qualifica a transformação enquanto criação de possíveis" (Rocha & Aguiar, 2003). A consciência sobre a realidade, nesta leitura, será sempre parcial, sem a possibilidade de qualquer síntese integradora já que é produzida, também, por subjetividades plurais em permanente conflito que engendram modos inusitados de subjetivação.

Os desafios teórico-metodológicos requeridos por tal abordagem deverão, necessariamente, sofrer as inflexões correspondentes que instrumentalizem o pesquisador social a trabalhar com os processos de subjetivação que o constituem tanto quanto aos grupos-sujeito de sua investigação.

É nesse sentido que a intervenção se articula à pesquisa para produzir uma outra relação entre instituição da formação/aplicação de conhecimentos, teoria/prática, sujeito/objeto, recusando-se a psicologizar conflitos. Conflitos e tensões são as possibilidades de mudança, pois evidenciam que algo não se ajusta, está fora da ordem, transborda os modelos. Diante disso, ou ocupamos o lugar de especialistas, indagando sobre as doenças do indivíduo, ou o de sócio-analistas, indagando sobre a ordem da formação que exclui os sujeitos. (Rocha & Aguiar, 2003)

Esquemáticamente teríamos, então, as seguintes diferenças básicas:

Implicar-Se Para Conhecer...

Pois não é a implicação, cada vez mais claramente, o objeto de análise das relações que temos com a *instituição* e, antes de tudo, com nossa instituição de pertencimentos mais próxima aquela que possibilita nossa inserção nas situações sociais de intervenção, de formação e de pesquisa? (Lourau)

Entre as máximas revolucionárias estampadas nas famosas pichações dos muros parisienses do maio de 1968, a tradicional concepção do conhecimento como base necessariamente anterior a qualquer ação de mudança que preze o rigor seria contestada junto às estruturas de poder autoritário do Estado. Anunciar junto com "A vontade Geral contra a vontade do General!" que "Todo conhecer é um fazer" ou reivindicar tanto quanto "A imaginação no Poder" que é necessário "Transformar para conhecer" são ilustrações contundentes, no nosso entendimento, de que os planos da Clínica e da Política estariam indelevelmente associados. Não mais numa relação dialética de mútua interferência, mas a partir de uma perspectiva na qual já não se trata da melhor forma de apreender sujeito e objeto, mas de como acompanhar processos de subjetivação que se objetificam e corporificam não necessariamente em sujeitos individualizados. O problema de pesquisa assim compreendida passaria a ser formulado em termos de como acompanhar as diversas expressões dos processos de

PESQUISA-	- AÇÃO	- INTERVENÇÃO
CARÁTER/ FINALIDADE	Intencional Planejada Reflexiva + Conhecimentos	Interpor-se / vir entre Intrusão ↔ Intersecção Mediação
CONCEPÇÃO DO SUJEITO DE PESQUISA	SUJEITO ATIVO ↓ Objeto - Sujeito	MODOS DE SUBJETIVAÇÃO ↓ Processos de Singularização
"LUGAR" DO PESQUISA-DOR	Inserção do pesquisador no campo	Análise de Implicação
REFERENCIAL	Materialismo-dialético Psicossociologia	Filosofia da Diferença Análise Institucional
OBJETIVO	Fornecer Instrumentos e meios para uma AÇÃO TRANSFORMADORA ↓ Conscientização	Criar / identificar dispositivos analisadores que favoreçam a PRODUÇÃO DE ACONTECIMENTOS ↓ Auto-análise e Auto gestão
"LEMA"	"Conhecer para Transformar"	"Todo conhecer é um Fazer"

singularização (Ventura, 1989; Matos, 1981). É precisamente aqui que o conceito-ferramenta da análise das implicações aparece como instrumento por excelência do pesquisador-interventor.

Enquanto os citados teóricos da pesquisa-ação ressaltavam os aspectos afetivo/libidinais da relação pesquisador – sujeitos pesquisados, os socioanalistas cunham o termo análise de implicação para pôr em evidência o jogo de interesses e de poder encontrados no campo de investigação.

Opondo-se ao intelectual neutro-positivista, a Análise Institucional vai nos falar do intelectual implicado, definido como aquele que analisa as implicações de suas pertencas e referências institucionais, analisando, também, o lugar que ocupa na divisão social do trabalho, da qual é legitimador. Portanto, analisa-se o lugar que se ocupa nas relações sociais em geral e não apenas no âmbito da intervenção que está sendo realizada; os diferentes lugares que se ocupa no cotidiano e em outros locais da vida profissional; em suma, na história. (Coimbra, 1995, p.66)

O princípio norteador deste procedimento é o de que a aproximação com o campo inclui, sempre, a permanente análise do impacto que as cenas vividas/observadas têm sobre a história do pesquisador e sobre o sistema de poder que legitima o instituído, incluindo aí o próprio lugar de saber e estatuto de poder do “perito-pesquisador”. O dispositivo saber-poder identificado por Foucault (1978, 1979) oferece a ferramenta conceitual necessária para que pesquisador/interventor coloque a instituição pesquisa em análise.

Claro está que a concepção de instituição que permite este exercício foi já bem ampliada em relação à concepção dos primeiros institucionalistas. Inicialmente tomadas apenas em sua forma jurídica ou estrutural, as instituições quando entendidas como sinônimos de organizações eram, por isto mesmo, os próprios alvos dos processos de mudança. Os movimentos instituintes questionadores das formas estabelecidas dentro das organizações-clientes das primeiras experiências psicossociológicas foram deslocando o alvo centrado nas próprias instituições-organizações daquelas intervenções para a rede de relações de poder nelas presentes que instituíam regimes de verdade, valores que passavam a pautar as relações dentro delas. A este deslocamento crucial operado pelos analistas institucionais correspondeu, também, o deslocamento do conceito de instituição, o qual passa a ser entendido como uma dimensão oculta e inconsciente que atravessa os níveis dos grupos e organizações (“o inconsciente político”), recuperando, com isto, seu caráter histórico-político. Tal compreensão – considerada por Lourau (1995) o “salto acrobático” dado sobre as concepções anteriores por seu parceiro Lapassade – revela o aspecto não-natural das instituições que, por isto mesmo, devem ser trabalhadas no sentido de resgatar suas injunções históricas e os processos desejanjes que as produziram com a aparência de algo “dado”, fixo e eterno (Lourau, 2004; Paulon, 2002; Rodrigues, 2002).

Colocar a “instituição pesquisa” em análise, a partir daí, significa incluir desde o questionamento à encomenda da pesquisa e posição crítica frente a seus solicitantes,

até a análise dos aspectos contratransferenciais do analista-pesquisador, que devem contemplar o lugar de poder e as injunções hierárquicas que sua posição de consultor/perito na intervenção inevitavelmente lhe outorga. “Estar implicado (realizar ou aceitar a análise de minhas próprias implicações) é, ao fim de tudo, admitir que *eu sou objetivado por aquilo que pretendo objetivar*; fenômenos, acontecimentos, grupos, idéias, etc.” (Lourau, 2004, p.148). Esquemáticamente, Lourau (1997) distinguiu cinco categorias para os múltiplos conteúdos a serem analisados no processo de pesquisa: As implicações, por ele chamadas de Primárias, referem-se às 1) implicações do pesquisador-praticante com seu objeto de pesquisa/intervenção; 2) com o local, organização em que se realiza a pesquisa ou a que pertença o pesquisador e, principalmente, com a equipe de pesquisa/intervenção; 3) implicação na encomenda social e nas demandas sociais. No plano das implicações secundárias o autor ainda aponta; 4) implicações sociais, históricas, dos modelos utilizados (implicações epistemológicas); e 5) implicações na escritura ou qualquer outro meio que sirva à exposição da pesquisa.

Conquanto todo esse esforço empreendido pelos teóricos da instituição em problematizar seus aspectos contratransferenciais, debatendo, inclusive, longamente com a psicanálise a partir dos conceitos de transferência e contratransferência a importância da inclusão dessas relações no campo de análise, Lourau não considera esta importante ferramenta conceitual devidamente explorada no campo socioanalítico. Numa tentativa de compreender esta significativa contradição identificada entre os institucionalistas, ele afirma:

A teoria da implicação conserva aspectos negativos, agressivos, *voyeuristas (mexe na merda!)* ou exibicionistas (*accounts* íntimos, ou muito íntimos, na técnica diarística, trate-se do diário de campo, do diário de pesquisa ou do diário institucional). Existe também o risco de delação. Enunciar não é denunciar, salvo quando nos desimplicamos, quando nos abstraímos da situação, assumindo uma postura objetivista clássica. Os limites da enunciação coletiva são conhecidos. O segredo existe como condição – imaginária ou real – de sobrevivência. (Lourau: 2004, p.240)

Como se pode daí depreender, a análise de implicações para ser efetivamente tomada como ferramenta fundamental no trabalho da pesquisa-intervenção empreendida pelos socioanalistas precisa superar, em muito, aquela concepção inicial (mas não menos revolucionária ao pensamento científico característico da modernidade) que meramente considerava os aspectos relativos à presença do pesquisador no campo de pesquisa. A ruptura epistemológica e paradigmática, já anunciada naquelas primeiras elaborações, mantém-se, entretanto, no “escândalo da noção de implicação” como é designada por Lourau. É por situá-la “no prolongamento do escândalo psicanalítico” que ele reconhece “contudo, que existem contradições entre este projeto científico/político de análise das implicações e o sentido ‘positivo’ ou ‘positivista’ da ciência” (Lourau, 1993, p.17).

Se, entretanto, acompanharmos o argumento resultante da longa trajetória de experimentações e reflexões acerca da complexidade inerente ao ato de pesquisar e entendermos a ação de pesquisa como uma intervenção no rastro dos acontecimentos, nos movimentos criativos de novas formas de subjetivação, tanto quanto de produção de conhecimento, nos alinharemos às compreensões sócio-analíticas quando afirmam a cientificidade da pesquisa justamente ali na superação do maniqueísmo objetividade-subjetividade que por tanto tempo demarcou fronteiras entre o empírico e o científico. Como ressaltado por Barros e Passos (2000: 73): “na pesquisa-intervenção o que interessa são os movimentos, as metamorfoses, não definidas a partir de um ponto de origem e um alvo a ser atingido, mas como processos de diferenciação”.

Como metamorfoses não podem mesmo ser apreendidas por uma dada técnica nem pode haver garantia de fidedignidade à informação que tenta congelar o processo que procura estudar, a intervenção de que trata esta modalidade de pesquisa trabalha no sentido de produzir ou identificar possíveis “analísadores”. Outro conceito-ferramenta legado pelo movimento institucionalista, o analisador refere-se a todo dispositivo revelador das contradições de uma época, de um acontecimento, de um momento de grupo e que permita, a partir de uma análise de decomposição do que aparecia até então como uma totalidade homogênea (uma verdade instituída), desvelar o caráter fragmentário, parcial e polifônico de toda realidade. É por isto que os socioanalistas são categóricos ao afirmar que “o analisador deve substituir o analista – de qualquer modo, na realidade, é sempre o analisador que dirige a análise ...” (Lourau, 2004, p.84). Mas indo além do que o “intelectual comprometido”, para Sartre, ou o “intelectual orgânico”, para Gramsci, já faziam ao assumirem suas adesões voluntárias às causas políticas nas quais se inseriam, o intelectual implicado procura não se retirar dos efeitos analisadores do dispositivo de intervenção, já que ele “se define pela vontade subjetiva de analisar até o limite as implicações de seus pertencimentos e referências institucionais” (Lourau, 2004:147) ao colocar no centro da investigação aquilo que os neutralistas julgavam como lixo ou inconvenientes da investigação científica.

A título de ilustração de como a análise de implicação do pesquisador pode mudar os rumos de uma intervenção, citamos brevemente um acontecimento que emergiu como um analisador do processo grupal com uma das equipes da pesquisa aqui discutida (conforme nota 1). Na seqüência dos grupos de discussão propostos vínhamos analisando que, entre as várias dificuldades enfrentadas pela equipe na estruturação daquele serviço substitutivo pelo qual todos haviam trabalhado arduamente, estava a dificuldade de se apropriarem de seu fazer inventivo como um *know-how* próprio que vinham não só construindo como experimentando em resultados efetivos. Nossa posição como equipe pesquisadora/interventora nestes grupos era sempre a de problematizar tal dificuldade e propor que pensássemos o que a determinava,

construindo, assim, coletivamente suas possibilidades de superação. Neste interim, envolvemo-nos na organização de um evento comemorativo ao dia nacional da luta antimanicomial na universidade promotora da pesquisa e convidamos uma ex-gestora para divulgar aquela experiência inovadora, ao invés de propor que o grupo delegasse sua representação a quem lhes aprovesse. A imediata reação gerada no grupo contra o que consideraram, não sem justificativas, uma traição no mínimo contraditória de nossa parte como pesquisadoras motivou-os a me convocarem para uma reunião extraordinária, na qual fui sabatinada e criticada com indignação proporcional ao desrespeito sentido por minha atitude. Ao colocar meu ato-falho em análise coletiva, propor ao grupo que entendêssemos suas múltiplas determinações, não me esquivar da intensidade projetiva de que me tornei alvo, mas também não assumi-las como sintoma individual - já que expressavam exatamente toda trama institucional de que vínhamos nos ocupando - pude acompanhar um dos momentos mais potencializadores daquele grupo. Ao analisador “falha-nossa” no convite à participação no evento acadêmico sucedeu-se o acontecimento “briga em defesa de falarem em voz própria” que desmistificou o lugar de despossuídos de um saber próprio dos trabalhadores da equipe e descristalizou a “instituição saber” até ali colada à figura do especialista/pesquisador/acadêmico por mim encarnado.

Tal como o processo aqui relatado, a análise micropolítica das produções coletivas viabilizadas pela pesquisa-intervenção vem-se mostrando uma rica e desafiadora abordagem da realidade social que, quando concebida em toda sua multiplicidade e complexidade histórica e política, não cabe em categorias gerais pré-formuladas nem pode ser circunscrita em modelos e conceitos pressupostos.

Os caminhos que se abrem pela perspectiva de análise anunciada, as polêmicas injunções institucionais com as quais um grupo de pesquisa se defronta ao adotar a metodologia da pesquisa-intervenção, as “dores e delícias” de sermos o que somos, de fazermos as escolhas metodológicas que fazemos serão tema de discussão de outros trabalhos⁷. Por ora fiquemos com a curiosa sinalização do autor que veio nos acompanhando:

Uma vez mais quero afirmar que a Análise Institucional não pre tende fazer milagres. Apenas considera muito importante, para a construção de um novo campo de coerência, uma relação efetiva, e nítida, com a libido e com os sentimentos em geral. A teoria da implicação, nós veremos, tem qualquer coisa que flerta com a loucura. (Lourau, 1993, p.19)

Referências

Ardoíno, J. (1987). La Intervención: Imaginario del cambio o cambio de lo imaginario. Em F. Guattari & cols. (Orgs.), *La Intervención Institucional* (pp.13-42). México: Plaza y Valdes.

⁷ Referimo-nos, aqui, aos outros trabalhos: “A Cidade como Dispositivo na Desinstitucionalização da Loucura” e “Das múltiplas formas de habitar uma Morada: A produção do cuidado em um Serviço Residencial Terapêutico”, nos quais são discutidos resultados da pesquisa aqui referida e é retomada parte das questões metodológicas abordadas no presente artigo.

- Benevides de Barros, R. (1995). Clínica Grupal. *Revista do Dept. de Psicologia da Universidade Federal Fluminense*, 7(1), 5-11.
- Benevides de Barros, R. & Passos, E. (2000). A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(1), 71-79.
- Benevides de Barros, R. (2002). Clínica e social: polaridades que se opõem/complementam, ou falsa dicotomia? Em *Clínica e Política: subjetividade e violação dos direitos humanos* (pp. 122-139). Rio de Janeiro: Te Corá/Instituto Franco Basaglia.
- Coimbra, C. (1995). Os caminhos de Lapassade e da Análise Institucional. *Revista do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense*, 7(1), 52-80.
- Dubost, J. & Lévy, A. (1987). El análisis social. Em F. Guattari & cols. (Orgs.), *La intervención Institucional* (pp.45-91). México: Folios.
- Foucault, M. (1978). *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1990). *O pensamento do exterior*. São Paulo: Princípio.
- Guattari, F. (1985). *Revolução Molecular. Pulsões Políticas do Desejo* (2 ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Guattari, F. (1987). "Entrevista". Em F. Guattari & cols. (Orgs.), *La intervención institucional* (pp.95-122). México: Folios.
- Guattari, F. (1991). Linguagem, Consciência e Sociedade. Em F. Guattari & G. Deleuze (Orgs.), *SaudeLoucura*, 2. São Paulo: Hucitec.
- Lourau, R. (1993). *Análise Institucional e Práticas de Pesquisa*. Rio de Janeiro: NAPE/UERJ.
- Lourau, R. (1995). *A análise institucional*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lourau, R. (2004). Analista Institucional em Tempo Integral. Em S. Altoé (Org.), *[falta título da publicação]* (pp.47-283). São Paulo: Hucitec.
- Machado, R. (1997). *Zaratustra, tragédia nietzschiana*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Marx, K. (1983). *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Lisboa: Estampa.
- Matos, O. (1981). *Paris 1968 - As barricadas do desejo*. São Paulo: Brasiliense.
- Nietzsche, F. (1998). *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Cia das Letras.
- Paulon, S. M. (2002). *A terapêutica do Nilismo: apontamentos para uma Clínica Institucional Genealógica*. Tese de Doutorado não-publicada, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP.
- Rocha, M. & Aguiar, K. (2003). Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. [Versão eletrônica]. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 23(4), 64-73.
- Rodrigues, H.B.C. & Souza, V.L.B. (1987). A Análise Institucional e a Profissionalização do Psicólogo. Em V.R. Kamkhagi & O. Saidon (Orgs.), *Análise Institucional no Brasil* (pp.27-47). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- Rodrigues, H.B.C., Leitão, M.B.S. & Barros, R.D.B. (Orgs.) (1992). *Grupos e Instituições em Análise*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Rodrigues, H.C. (2002). *A beira da brecha: uma história da análise institucional francesa nos anos 60*. Acessado em 20/03/2002 em <http://www.acheronta.org>
- Thiollent, M. (1985a). Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. *Coleção Teoria e História*, 6. São Paulo: Polis.
- Thiollent, M. (1987). Notas Para o Debate Sobre Pesquisa-Ação. Em C. Brandão (Org.), *Repensando a Pesquisa Participante* (3a. ed.; pp.82-103). São Paulo: Brasiliense.
- Thiollent, M. (1986). *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez.
- Ventura, Z. (1989). *1968: O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Simone Mainieri Paulon é professora do Curso de Psicologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. É psicóloga, especialista em Psicologia Social, Mestre em Educação e Doutora em Psicologia Clínica. Endereço: Av. Dom Pedro II, 1610, 101, Porto Alegre, RS. E-mail: simone@interseccpsico.com.br

Simone Mainieri Paulon
A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção.

Recebido: 16/11/2004
 1ª revisão: 09/08/2005
 2ª revisão: 10/10/2005
 Aceite final: 24/10/2005